

OS SENTIDOS NA MÍDIA : RASTROS DA HISTÓRIA NA GUERRA DAS CORES

*Maria do Rosário Valencise GREGOLIN**

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Michel Foucault)

*Toda língua são rastros de velhos mistérios.
(Guimarães Rosa)*

A mídia: heterogeneidades

O encontro entre um leitor e um texto é determinado – em linhas gerais – por dois conjuntos de elementos que possibilitam a compreensão e que atuam simultaneamente para inserir o ato de leitura no processo sócio-histórico de produção de sentidos. De uma parte é necessário reconhecer a forma do conteúdo que, inscrita no texto, configura o sentido em um percurso coerente, legível, interpretável. Ao mesmo tempo, o sentido só se torna legível porque está configurado em uma forma da expressão, em uma materialidade. Assim, a compreensão de um texto é uma atividade de leitura que se movimenta no investimento do sentido nas formas do discurso. Essa materialização, que dá concretude aos valores, às idéias e às paixões de uma

* Docente do Departamento de Lingüística, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara. (UNESP/CAr).

sociedade, constitui-se, no discurso, por meio de procedimentos que constroem o gênero, pois a produção e a interpretação de textos pressupõem o conhecimento da heterogeneidade tipológica que é responsável pela produção social do sentido. Os diálogos sociais são estabelecidos pela circulação de sentidos cristalizados em formas específicas. Essa cristalização embasa a intercompreensão dando acabamento e harmonia às várias vozes sociais nos diferentes gêneros do discurso (Bakhtin, 1997).

Meu objetivo, neste artigo, é analisar os processos discursivos envolvidos na produção de sentidos em certos textos da mídia. Tomando a mídia como um lugar de produção de tipos particulares de discurso, a idéia de gênero como materialidade discursiva será aqui trabalhada a partir do relacionamento de dois conceitos fundamentais para a Análise do Discurso de linha francesa: o intradiscurso e o interdiscurso. Tomando esses conceitos-chave, interessa-me averiguar os procedimentos discursivos utilizados para harmonizar várias vozes que falam no texto da mídia e compreender como esse gênero investe suas regras em uma formação discursiva criando relações de concordância, conflito ou subversão de valores. Assim, penso, com Bakhtin, que o gênero associa uma certa configuração formal e um conjunto de elementos enunciativos (temas e estilos), por meio dos quais unem-se o lingüístico e o histórico na construção dos sentidos.

Para a análise do discurso da mídia, tomarei textos publicados no jornal Folha de S. Paulo e na revista Istoé, nos quais pode-se acompanhar um trajeto de sentidos políticos que representam o imaginário de um momento da história do Brasil. A análise da heterogeneidade desses textos pode evidenciar o papel dos elementos discursivos na criação dos efeitos de sentido: o sincretismo entre palavra e imagem, as estratégias argumentativas e a intertextualidade são responsáveis pela criação e circulação de valores ligados a

uma formação ideológica que se apresenta como simulacro da neutralidade e da imparcialidade. Ao observarmos como se constitui esse simulacro, encontramos pistas que consolidam a idéia de que na tessitura do texto encontram-se chaves para a sua interpretação.

Processos discursivos: o lingüístico e o histórico

Para Bakhtin (1997), as modalidades da enunciação estão constitutivamente articuladas aos gêneros discursivos pois cada esfera da atividade social possui formas textuais cristalizadas. Os efeitos de sentido que circulam nos discursos produzidos em uma sociedade constroem, com as formas discursivas típicas de cada um desses diversos gêneros, as representações do imaginário de uma certa época:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. (...) A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (...) O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua (...) mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação (...) cada esfera da utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.”
(Bakhtin, 1997, p. 279)

Esse conceito de gênero, enunciado por Bakhtin em "O problema dos gêneros discursivos"(), já aparece esboçado na obra Marxismo e filosofia da linguagem, ao

discutir os temas que povoam as comunidades humanas e indagar como esses temas aparecem a partir de determinadas formas de composição e de determinados estilos (Brait, 2001). Pensando o gênero, Bakhtin problematiza o repertório das formas de discurso que atuam na comunicação sócio-ideológica. Nesse sentido, o teórico entende a enunciação como produto da interação social, e, portanto, determinada pelas condições histórico-sociais em que é produzida. Isso significa que, ao enunciar, o sujeito insere-se em uma rede de formulações precedentes e obriga-se a construir o seu discurso a partir de uma “tradição”, de um “cânone”, de um interdiscurso. Assim, em cada ato de fala intervêm tanto a situação imediata quanto a história e a memória. Qualquer enunciado – inserido em determinadas condições de produção, de circulação e de recepção – será sempre uma resposta aos enunciados que vieram antes e um desejo de respostas futuras.

A noção de gênero discursivo evidencia o fato de que as práticas discursivas, correntes em certa época e em certa cultura, são sujeitas a coerções e, por isso, cristalizam-se em formas textuais relativamente estabilizadas. Essa formalização faz que o texto, do ponto de vista de sua realidade empírica, seja um objeto com começo, meio e fim; no entanto, como afirma Orlandi (1986), enquanto discurso, ele é marcado pela incompletude, pois relaciona-se com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com a sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer).

O conceito de interdiscurso é ponto nodal em todo o edifício teórico da Análise do Discurso derivada de Michel Pêcheux. Desde o seu primeiro texto, de 1969, o conceito aparece, em estado bruto, na hipótese da relação entre o discurso e o já dito, o já entendido (). Em trabalhos posteriores, Pêcheux desenvolve a idéia do pré-construído

como vestígios, no discurso, de elementos discursivos anteriores cujos enunciadores foram esquecidos. Essa reflexão preparou a idéia de que o discurso se constitui a partir de um discursivo já-lá, do qual vai derivar o conceito de interdiscurso, cuja objetividade material reside no fato de que o discurso fala, sempre, antes, alhures, independentemente. (Pêcheux, 1969; 1975a; 1975b)

Para Pêcheux, o interdiscurso não está nem na designação banal dos discursos que existiram antes, nem na idéia de alguma coisa de comum a todos os discursos. Em uma linguagem estritamente althusseriana, ele é o todo complexo que domina as formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. Em outras palavras, o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição.

O desenvolvimento do conceito de interdiscurso trouxe, como consequência, o aprofundamento de uma outra noção capital para a Análise do Discurso: a de formação discursiva. Tomada de empréstimo da Arqueologia do Saber de Michel Foucault (1969), e reinterpretada a partir das propostas de Althusser, para Pêcheux a formação discursiva é aquilo que se pode e se deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) em uma formação ideológica definida, isto é, a partir de uma posição de classe no seio de uma conjuntura dada. A reflexão sobre a interpelação ideológica (Althusser) e a elaboração do conceito de interdiscurso levam Pêcheux a propor que o sentido se constitui na formação discursiva, pensando no intrincamento entre formações discursivas e formações ideológicas e possibilitando a reflexão sobre a heterogeneidade discursiva.

Para Pêcheux (1975b), o interdiscurso rege a evidência do sentido para o sujeito, pois é próprio de toda

formação discursiva dissimular, na transparência do sentido que se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso. O interdiscurso, no seu intrincamento com o complexo das formações ideológicas, fornece a cada sujeito sua realidade (um sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-sabidas). O interdiscurso determina o sujeito impondo-dissimulando seu assujeitamento sob a aparência da autonomia.

Nessas formulações está implícito o conceito de intradiscurso, definido como o funcionamento do discurso em relação a si mesmo (aquilo que eu digo agora, em relação com aquilo que eu já disse antes e com aquilo que eu direi depois); isto é, o conjunto dos fenômenos de co-referência que asseguram aquilo que se pode chamar de o fio do discurso, enquanto discurso de um sujeito. O intradiscurso só pode ser entendido na sua relação com o interdiscurso. Ele não designa a realidade empírica do encaixamento discursivo e deve ser pensado como o lugar onde a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso.

Tomando essa complexa relação entre o inter e o intradiscurso, entendemos que o discurso é constitutivamente heterogêneo porque as práticas de textualização acontecem em lugares sociais organizados e reconhecidos como portadores de fala: o campo literário, o campo científico, o campo político, etc. As regras do modo de dizer condicionam todos os atos de fala sociais. Assim, toda produção de sentidos deve dar-se no interior desses campos institucionalmente constituídos como lugares de onde se fala. Falar do interior desses campos significa inserir-se em uma formação discursiva que determina os modos de dizer e aquilo que se pode e se deve dizer em certa época (Foucault, 1971). Esses campos não são, entretanto, fechados. Ao contrário, uma formação discursiva é constantemente invadida por elementos que vêm de outro

lugar (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais – por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos (Pêcheux, 1975b).

O interdiscurso é uma região de confrontos de sentidos. A interpretação se alimenta exatamente dessa contradição: ao mesmo tempo, os discursos se confraternizam e se digladiam no campo social. Os gêneros, materialização textualizada dos discursos, estão, por isso, em constante redimensionamento e reconfiguração e a interpretação de um texto deve ser feita dentro do amplo domínio dos campos discursivos que o circundam, pois nenhum texto esgota-se em si mesmo (Gregolin, 2001).

Movente, o campo social da produção dos sentidos nutre-se de paráfrases e de deslocamentos. Para analisar essa movência é necessário perseguir os rastros do interdiscurso no intradiscurso a fim de acompanharmos esse complexo movimento discursivo de que se alimentam (e se reproduzem) as representações do imaginário de uma certa época.

A história na mídia: a guerra das cores

O gênero exerce coerções e determina a produção e a interpretação de textos, pois em cada tipo de texto mudam-se os quadros de referência e, com eles, os pressupostos partilhados pelo enunciador e pelo enunciatário do discurso.

Os textos da mídia impressa são constitutivamente heterogêneos, já que materializados em múltiplos gêneros discursivos. Pressupondo que cada gênero institui um quadro de referência enunciativa, minha pesquisa procura averiguar os processos discursivos investidos em cada gênero e como os vários gêneros se harmonizam dentro de um mesmo suporte impresso. Para essa análise, podemos partir dos indícios construídos pelas articulações entre:

a) Uma determinada configuração formal, construída por meio de procedimentos discursivos que determinam a interpretação e constroem a coerência do texto. Fazem parte da configuração formal, por exemplo, os contextualizadores (títulos e subtítulos; utilização do espaço; paragrafação; ilustração; relação entre palavra e imagem; etc.) e os procedimentos de composição da textualidade (organização do sentido dado e do sentido novo; mecanismos de coesão; registros; etc.);

b) Um conjunto de elementos do ritual enunciativo, por meio do qual o texto constrói uma cena enunciativa. O gênero pode ser pensado como uma arqui-representação dessa cena, e, portanto, dos lugares em que os sujeitos se colocam no discurso acionado. Assim, todo texto constrói uma dêixis discursiva em cuja base se encontra uma dêixis fundadora que exige a memória de outros textos (Maingueneau, 1987). Para analisar como é construída essa representação da enunciação no texto, é preciso, entre outros elementos, observar a construção das pessoas, do espaço e do tempo; a relação estabelecida entre enunciador e enunciatário; a intertextualidade e a interdiscursividade presentes nos textos.

Tomemos como exemplo o seguinte texto, publicado pela revista IstoÉ em 26/08/92:

MODA

Coleção descolorida

O preto, sinônimo de elegância, tinge as ruas de indignação e vira a cor chique dos protestos

O alemão Johannes Itten, que o estudo das cores é um especialista no tema, ensina instrumento fundamental para

quem deseja conhecer as necessidades mais íntimas do ser humano. Um exemplo é o preto, que, como a ausência de cor por excelência, representa a obscuridade e dificilmente poderia ser associado a expressões de alegria e exaltação à vida. Foi o espírito de protesto que marcou as manifestações ocorridas nas principais capitais do país, no domingo, 16, quando dezenas de milhares de brasileiros foram às ruas em oposição ao apelo verde-amarelo feito pelo presidente Fernando Collor. “Naquele momento, o preto denunciava a ausência de governo”, afirma o artista plástico paulistano Carlos Feijardo, que participou da passeata pedindo o impeachment de Collor. O preto não é exatamente uma cor estranha ao universo da moda: e nem sempre esteve associado a manifestações de luto. “O preto é existencialista e literário, mas tornou-se muito

chique”, afirma o colunista social do jornal O Estado de São Paulo, Nirlando Beirão. De fato, a consultora de moda Costanza Pascolato concorda que a cor veste bem e é um sinal indiscutível de bom gosto. O deputado Delfim Netto, adepto do terno preto com camisa branca, por sua vez, costuma dizer que a cor preta tem uma qualidade a mais: emagrece. Também a cantora Marisa Monte consegue um perfeito equilíbrio entre o dark e um visual saudável usando trajes invariavelmente negros. Na verdade, já no final do século passado, o preto era a cor preferida de jovens poetas e intelectuais adeptos do romantismo no Brasil. Naquela época, igualmente não estava restrita a guetos ou a tribos da moda. Até mesmo a monarquia verde-amarela não se furtava a usar vestes negras em suas luxuosas festas.

Em sua configuração formal, as pistas contextuais inserem o texto *Coleção descolorida* dentro do tema da “moda” tanto no nome da seção (Moda) quanto no título. No entanto, a expansão do subtítulo apresenta duas direções de leitura: uma que dirige a interpretação para o tema da “moda” e outra que leva ao tema da “política”. Essa

sobreposição de temas é destacada pela imagem que acompanha o texto, em que um jovem vestido de preto exhibe uma camiseta com a inscrição Fora Collor e a legenda da fotografia sintetiza: Onda negra engole o civismo démodé. É, pois, a partir dessa dupla contextualização que as pistas formais dirigem a interpretação da coerência desse texto.

Os procedimentos discursivos de distribuição dos sentidos dados/novos mantêm as duas direções de leitura. A progressão temática afirma o tema da “moda”, tanto que especialistas são instados a darem opiniões sobre o uso da cor preta na moda. Também os registros, com termos específicos do universo da moda reforçam esse tema (chique, visual, dark, guetos, tribos da moda, démodé). O tema político aparece uma única vez, imbricado no início do texto, quando a cor preta é associada às manifestações ocorridas nas principais capitais do país, no domingo, 16, quando dezenas de milhares de brasileiros foram às ruas em oposição ao apelo verde-amarelo feito pelo presidente Fernando Collor. A interpretação desse desvio temático, em que o texto aparentemente fala da “moda” mas é atravessado pelo “político”, exige o reconhecimento dos elementos discursivos que constroem a coerência contextual do texto.

A cena enunciativa construída em Coleção descolorida aponta para a situação política do momento, em que as manifestações de rua exigiam o impeachment do presidente Collor. Para entender porque o tema da moda recobre o tema político, é necessário analisar as relações entre a enunciação e o enunciado desse texto.

Primeiramente, há a relação intertextual com outros textos do período, chamado pela imprensa de guerra das cores. Durante todo o governo Collor – e fazendo trocadilhos com o sobrenome do presidente – as manchetes de todos os veículos da imprensa aludiam às cores. Na revista Isto É, pode ser acompanhada essa tendência através dos títulos e subtítulos de matérias como: Imagem desbotada

(14/07/90); O janeiro negro chega na véspera (05/12/90); A prévia de um ano cinzento (26/12/90); Data desbotada (13/03/91); Roxa desesperança (10/04/91); Collor, de roxo para verde-oliva (10/07/91); A ressaca verde (17/06/92); etc.

O texto em análise apresenta a citação de um texto específico do momento da guerra das cores, publicado pela imprensa (Folha de S. Paulo, 14/08/92), que revela o sentido do apelo verde-amarelo feito pelo presidente Collor:

Aos berros, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo

O presidente Collor pediu a “todo o Brasil” que vá às ruas, no domingo, vestido com as cores da bandeira, para mostrar que os defensores do impeachment são minoria. Aos gritos, o presidente afirmou que este grupo “atrapalha”, enquanto “a maioria trabalha”. Collor classificou o “esquadrão da morte”, criado pelo Planalto para defender o governo de “bancada da	resistência democrática do governo àqueles que querem conspirar contra as instituições”. O discurso ocorreu durante a liberação de incentivos para taxistas. A cada frase, o presidente era interrompido por gritos como “dá-lhe Collor” e “fora Lula”. Alguns motoristas disseram que a Caixa Econômica Federal pagou suas despesas.
---	---

A guerra das cores foi construída por textos veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo no período de 14 a 31 de agosto de 1992, início do processo que desembocaria no impeachment do presidente Collor. Através desses textos, a imprensa brasileira travou uma verdadeira batalha, pois dois discursos oponentes foram colocados em confronto: de um lado, o presidente Collor convocava o povo a vestir-se de verde-e-amarelo para manifestar-lhe apoio; de outro lado, a imprensa instigava o povo a vestir-se de negro como

protesto. Esse episódio, chamado posteriormente de guerra das cores, foi construído pelos discursos oponentes como uma narrativa e, como tal, circulou e foi interpretada pelos leitores da mídia escrita. Na primeira fase da narrativa, o presidente Collor convoca o povo a demonstrar apoio através do uso do verde e do amarelo, cores que simbolizam a “pátria”, o “nacionalismo”. A imprensa inicia a guerra ao propor o uso do negro, que simboliza, em nossa cultura, o “luto”.

Aceitando o discurso da imprensa, as ruas tingiram-se de negro. A derrota do presidente foi estampada na mídia através de duas imagens antagônicas: o presidente correndo solitário vestido de verde-e-amarelo e o povo vestido de negro. Nos dias seguintes, a vitória do discurso oponente se consolida pela inversão das cores: o povo resgata os símbolos nacionais e passa a usar o verde-e-amarelo em suas manifestações().

O verde-e-amarelo é um símbolo que, no imaginário brasileiro, pertence ao interdiscurso. Como uma figura cristalizada, que simboliza a “brasilidade”, é reconhecido como um código cultural (Eco, 1978). A mensagem do presidente Collor, conclamando o povo a expressar-lhe apoio vestindo-se de verde-amarelo, foi interpretada negativamente pela imprensa. Ela encarregou-se de mostrar que o presidente tentava apoderar-se de um símbolo coletivo e transformá-lo em um símbolo individual. A reação do povo concretizou-se ao aceitar o discurso da imprensa, vestir-se de negro e, num momento posterior, retomar o símbolo coletivo em suas manifestações pró-impeachment. Segundo Link (1986, p.153), os símbolos coletivos são imagens reificantes, cujo enraizamento na memória da coletividade resulta da sua relevância histórica, tanto social como técnica. Essas imagens podem ser utilizadas, nos discursos, como metáforas, como sinédoques representativas e como símbolos pragmáticos. Elas fazem parte do

interdiscurso e representam, como origem, muitas vezes, um determinado discurso específico. Devido à sua força de atuação no imaginário coletivo, o sistema simbólico parece funcionar como um mercado, onde diferentes discursos podem trocar entre si determinados estereótipos exemplares. Nos textos jornalísticos, predomina essa função interdiscursiva dos símbolos porque o interdiscurso, através dos sistemas de símbolos coletivos, permite o jogo polêmico das posições discursivas antagônicas com os meios de um código cultural comum e sem relações representativas diretas com os antagonismos sócio-históricos. (Link, id. ib.)

Vemos, no exemplo da guerra das cores, que a construção do discurso da mídia insere-se no processo sócio-histórico de produção de sentidos, no interior do qual as relações são fecundadas e permeadas pelas instituições produtoras de textos de uma sociedade. Por meio da circulação rápida e insistente de temas e figuras, a mídia executa um trabalho de construção semiótica que, ao mesmo tempo, recupera e alimenta o imaginário social e produz as chaves para a sua interpretação (Verón, 1980).

O acontecimento discursivo da guerra das cores mostra outro ponto importante sobre o funcionamento da mídia: na interpretação de um texto jornalístico, o centro da relação interpretativa não está nem no eu nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos, pois o sujeito constrói sua identidade na relação com o outro. Essa clivagem entre a subjetividade e a alteridade indica que devemos pensar os textos da mídia como materialidades que se inscrevem na relação da língua com a história, pois o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas (isto é, reproduzidas). (Pêcheux, 1975a, p.144).

Para interpretar os sentidos postos em circulação pela mídia é necessário que o leitor reconheça essas posições

ideológicas, que identifique o lugar de onde falam as vozes inscritas nos textos. Assim, só depois de recuperada a memória intertextual da guerra das cores é possível entender que o tema da “moda”, no texto *Coleção descolorida*, funciona como uma espécie de antífrase: o enunciado fala sobre “moda”, mas a enunciação fala sobre “política”. Sob a isotopia da “política” entende-se a coleção descolorida como aquela que abandonou Collor e tingiu as ruas de indignação. A partir da antífrase, entende-se que os discursos diretos citados no texto, como a fala de especialistas da “moda”, são argumentos que reforçam a tese de que se vive um novo momento político que aboliu o civismo *démodé*.

O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando ele o reconhece com pertencente à determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente (Pêcheux, 1969, p.18). Por isso, a propriedade conotativa dos signos faz que o significado não esteja neles, mas na memória discursiva de uma comunidade que partilha sentidos históricos produzidos em determinadas condições de produção. Fazem parte de tais condições a situação, o contexto real e a ilusão do sujeito enunciador de ser a fonte do sentido. Essas condições estão, portanto, na esfera do real (situação concreta) e na do imaginário (o papel que o enunciador pensa ocupar em uma formação discursiva e o esquecimento do lugar que ocupa).

O discurso da mídia: memória, dispersão, esquecimento

Segundo Foucault (1969), os discursos caracterizam-se pela dispersão e cabe à Análise do Discurso descrevê-la e

determinar: a) os objetos que aparecem, coexistem e se transformam em um espaço discursivo; b) as diferentes modalidades de enunciação que colocam os discursos em circulação; c) a permissão ou exclusão de certos temas em uma formação discursiva.

Tomemos como exemplo dessa dispersão dos discursos, textos publicados pelo jornal Folha de S. Paulo em março de 1996. Passados 4 anos do processo de impeachment, Collor é um tema-tabu e a imprensa representa seu “exílio” através do silêncio. Mas a figura de Collor é recolocada em circulação sempre que se quer desmoralizar algum membro do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). É o que acontece em março de 1996: para acentuar as semelhanças entre o governo FHC e o período Collor a manchete principal (Sérgio Motta afirma que FHC tem ‘o saco preto’) resgata uma citação do presidente Collor em uma sub-manchete: Em 91 Collor disse que tinha nascido com ‘aquilo roxo’. Essa crítica ao atual governo, feita através da memória do governo Collor, é reforçada em outros textos do mesmo jornal nos dias subseqüentes:

Entre os serviços que lhe ficaremos devendo temos agora mais esse: sabemos a cor daquilo. Fernando Collor foi mais explícito, não consentiu que nenhum puxa-saco se antecipasse e comunicou à nação a cor do próprio. Antes que FHC fizesse o mesmo (no próximo escândalo, seria provável que FHC imitasse Collor mais uma vez) Serjão assumiu a pole-position. (“O roxo e o preto”, Folha de S. Paulo, 30/03/96, pag. 2)

Trata-se de recolocar em circulação um tema-tabu para associar, pela memória discursiva, FHC e Collor. A interpretação é acionada pelo retorno do escatológico, atualizado através dos subentendidos (cor daquilo; cor do próprio). Esses retornos e deslocamentos mostram que a história não é um discurso do contínuo, mas da ruptura e da

descontinuidade (Foucault, 1969). A dispersão reflete a descontinuidade dos planos de onde fala o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos. Para Foucault, o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem a fonte ordenadora, móvel e constante, das operações de significação que os enunciados vêm manifestar na superfície do discurso. Assim, enquanto a enunciação marca-se pela singularidade, pois jamais se repete, o enunciado pode ser repetido. No entanto, como a repetição de um enunciado depende de sua materialidade que é de ordem institucional - isto é, depende de sua localização em um campo institucional - uma frase dita no cotidiano, inserida num romance ou inscrita num outro gênero de discurso, jamais será o mesmo enunciado, pois em cada um desses espaços possui uma função enunciativa diferente. Ao repetir uma frase célebre de Collor, o jornal critica o governo FHC e traz para o presente as denúncias de desmandos. Mas a mesma palavra, retornando em 1996, tem sentidos diferentes porque as condições de produção mudaram. Essa mudança de sentido mostra que não existe enunciado em geral, enunciado livre, independente, mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série, de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e distinguindo-se deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo (Pêcheux, 1969, p. 124)

A importância de um texto é determinada pela dinâmica social, pela história. É esta que escolherá as falas portadoras dos sentidos a serem conservados e repetidos por serem representativos do imaginário de certa época e de certa sociedade. As falas fundadoras são monumentalizadas como enunciados representativos dos valores, idéias, paixões de uma sociedade em um espaço de tempo. Nessa perspectiva, alguns textos têm vida longa, enquanto outros permanecem por pouco tempo.

Um exemplo de série de textos constantemente recolocados na mídia são aqueles que reatualizam o tema do “fracasso”, governo após governo, promovendo um retorno incessante à figura do país como o gigante adormecido. Esse símbolo coletivo sincretiza os contrastes e acentua a imobilidade dos sucessivos governos. Essas paráfrases retornam constantemente quando a mídia fala do governo FHC, em diferentes gêneros que constroem o sentido de imobilidade no enfrentamento das questões sociais. Por meio da heterogeneidade discursiva, estabelece-se o diálogo que opõe o que deveria ser (pela qualificação de FHC) ao que é (pela semelhança entre FHC e seus antecessores).

Esse discurso dialógico caracteriza-se pela presença de diferentes pontos de vista sobre um assunto, várias vozes que se cruzam e se opõem em um texto. A polifonia é um recurso discursivo por meio do qual certas vozes operam o retorno insistente a temas de um momento histórico. Vazadas em diferentes graus de legibilidade, essas vozes sustentam um discurso do senso-comum que vai se constituindo (pelas paráfrases e polissemias) no imaginário coletivo como a “verdade” de certo momento histórico:

a) Muitas vezes, aparece a presença plena de uma alteridade, representada pelo discurso direto. Por meio dessa “outra voz”, o sujeito enunciador coloca várias opiniões sobre um mesmo assunto nas vozes de personagens e o seu ponto-de-vista (enquanto sujeito articulador de vozes) aparece através do outro:

Surpresa? Não para quem leu a instigante análise do prof. Wanderley Guilherme dos Santos, reproduzida agora: ‘Pela estabilidade da moeda, é possível alterar para melhor o padrão de vida dos assalariados, sem qualquer política visando especificamente a alterar o perfil da distribuição de renda’, escrevia Wanderley

(*“Mania de fracassar”*. *Folha de S. Paulo*, 19/06/96, pag. 2).

b) Pode ocorrer, também, de as vozes aparecerem de maneira menos explícita. Por meio do discurso indireto livre, lança-se mão do processo da hibridação, em que, sintaticamente, o enunciado parece pertencer a apenas um locutor, mas ele é, na verdade, o confronto de dois enunciados, dois estilos, duas maneiras de falar e avaliar. Como resultado, criam-se a paródia, a estilização e a ironia.

Esse processo de dialogização indireta é recorrente no gênero charge, publicado diariamente na página 2 da Folha de S. Paulo. Tomando como exemplo a charge publicada em 26/06/96, temos a figura do presidente FHC em quatro quadros que acentuam a sua semelhança com seus antecessores. No primeiro quadro, sua figura apresenta traços de Sarney (tem coisas em FHC que lembram o Sarney); no segundo quadro acentua-se sua semelhança com Collor; no terceiro quadro, o enunciado afirma que com Itamar então, FHC tem muitas semelhanças; a conclusão, no último quadro cria a ironia: agora, dizer que FHC é a cara do Fernando Henrique Cardoso, já é procurar chifre em cabeça de cavalo. A falta de identidade de FHC é acentuada, nesse último quadro, pelo discurso direto de FHC que diz: não tem nada a ver, sou muito mais bonito do que ele.

c) Um grau de heterogeneidade menos explícita ocorre quando o discurso do outro é evocado por meio da memória coletiva de um determinado grupo social. A interpretação da manchete de primeira página da Folha de S. Paulo do dia 05/06/96 (FCH diz ter introjetado Deus) exige a memória de um outro texto anterior, criado durante a campanha de FHC ao governo estadual, em que ele se afirmava “ateu”. A ironia com relação às convicções religiosas de FHC aparece em vários textos do jornal, especialmente na charge de 06/06/96. Nela, três quadros

representam a conversa de FHC com um político. No primeiro quadro, o interlocutor pergunta a FHC: continua com Deus introjetado? No segundo quadro, FHC responde: Ora, aquilo foi de momento, já passou. Na conclusão, no terceiro quadro, percebemos que os interlocutores estão dentro da “arca de Noé” ancorada em frente ao Palácio do Governo, em Brasília, e FHC complementa: E esta arca? Não insista! Só salvarei dois de cada partido!

Esses diferentes graus de explicitação/implicação de vozes, por meio das quais os textos jornalísticos estabelecem relações interdiscursivas e intertextuais, conferem ao dialogismo da mídia um sentido mais amplo, sublinhando o seu caráter de mosaico de citações absorvidas e transformadas (Kristeva, 1970). Devido a essa polifonia própria do discurso jornalístico, a interpretação de seus textos exige que se recuperem relações com outros discursos e textos, que lhe são anteriores e exteriores, que ele repete e transforma. No limite, o jornalístico relaciona-se com o texto-História, que, esquecido ou perdido, nele retorna; sua escrita não é a gravação no espaço virgem do seu suporte, mas a leitura do texto apagado que a sustenta” (Gregolin, 2001).

Produtos de relações interdiscursivas e intertextuais, os textos da mídia são produzidos por um emaranhado de vozes instaladas no fio do discurso e que fornecem ao leitor pistas históricas para a interpretação. Essa relação entre o intradiscurso e o interdiscurso é um dos lugares possíveis em que se pode analisar a construção dos sentidos nos textos da mídia. Podemos, por exemplo, observar, no intradiscurso, quais são os procedimentos discursivos que instalam as pessoas, o espaço e o tempo e quais relações se estabelecem entre o enunciador e o enunciatário. Tomando, novamente, o texto *Coleção descolorida*, vemos que ele é construído sob o ponto de vista de um observador que organiza, através do

discurso indireto e do discurso direto, a “verdade” textual: inicia-se pela citação indireta da fala de um especialista (Joahannes Itten), e, no decorrer do desenvolvimento do tema, delega voz a vários outros discursos competentes para que eles reafirmem a “veracidade” dos argumentos. A citação de discursos diretos de personalidades de várias áreas é um recurso argumentativo para reforçar o tema. Além disso, a voz organizadora do sujeito da enunciação, modalizada pela certeza, impõe o seu ponto de vista e não deixa espaço para o questionamento. O mesmo acontece no texto *Aos berros*, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo, em que o observador utiliza a terceira pessoa e delega voz ao discurso direto para, com ele, não se responsabilizar pelo dito e, no final do texto, o discurso indireto mistura a fala desse observador com a fala direta dos “taxistas” a fim de denunciar que a Caixa Econômica Federal pagou suas despesas.

Esses procedimentos discursivos agenciam temas e figuras que circulam em muitos textos num mesmo momento histórico. Em *Coleção descolorida*, a sobreposição do tema político pelo tema da moda – sob a forma de uma “antífrase figurativa” - sinaliza que se deve interpretá-lo como ironia e crítica ao momento político das manifestações pró-impeachment. Em *Aos berros*, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo, a direção argumentativa de crítica é construída através da figurativização do presidente como aquele que está aos berros e aos gritos, denunciando o seu descontrole; essa figurativização é reforçada pela imagem que acompanha o texto verbal, em que o presidente aparece em close, com os punhos cerrados e expressão de cólera estampada no rosto.

Discurso, memória, história

Partindo da idéia de Kristeva (1970) de que os textos são cristais da significância na história, um dos eixos fundamentais de minha pesquisa é a relação entre o discurso e a História, procurando averiguar como a historicidade está inscrita nos textos e os determina. Daí a preocupação com a construção dos sentidos e os gestos de interpretação do discurso na História. Como a leitura é uma atividade histórica, e, portanto, discurso e memória estão visceralmente imbricados, perguntamo-nos freqüentemente: por que determinados textos são esquecidos e outros são constantemente reforçados e repetidos?

Minhas reflexões, neste ensaio, têm o propósito de indicar que esses movimentos de apagamento ou desvelamento semântico produzem a heterogeneidade da mídia: por ser histórico, o discurso é habitado por vozes e essa polifonia cria os diálogos que confrontam ou reforçam os sentidos que circulam em um determinado momento histórico. Focalizando a interpretação feita por sujeitos historicamente determinados, no momento “presente”, através do olhar da mídia impressa, percebemos que os sentidos são constituídos pela fragmentaridade, pela criação de figuras que retomam temas de outros momentos históricos. Exemplos desses movimentos semânticos são a figura do “exílio”, retomada pela paródia aos românticos durante o governo Collor, ou, ainda, a chamada guerra das cores que, no final do governo Collor, colocou em confronto dois discursos e suas concepções da identidade nacional. Num fluxo incessante, essas figuras foram restauradas pela mídia para aludirem ao governo FHC, atestando que o “presente”, sob a lente da mídia, é um eterno retorno/deslocamento de discursos do passado.

Referências Bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneité montrée et constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: DRALV 26. Paris: Centre de Recherche de L'Université de Paris VIII, 1982.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BRAIT, B. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: M.R. Gregolin e R. Baronas (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.
- COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. In: *Langages* (61), Paris: Larousse, 1981.
- ECO, U. Pour une reformulation du concept de signe iconique. In: *Communications* (29): 141-191, 1978.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Gallimard, 1969. Bras. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971. Bras. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GREGOLIN, M.R.V. Olhares Oblíquos sobre o sentido no discurso. In: _____ e R. Baronas (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.
- KRISTEVA, J. L'Intertextualité. In: *Le texte du roman*. Paris: Mouton, 1970.
- LINK, J. Interdiscurso, sistema dos símbolos coletivos, literatura: notas sobre uma teoria generativa do discurso e da literatura. In: *Revista de Comunicações e Linguagens (Textualidades)*. Porto: Edições Afrontamento, 1986.
- MAINGUENEAU, D. A cena enunciativa. In: *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

- ORLANDI, E. Análise do discurso: algumas observações. In: DELTA, 2, nº 1, 1986.
- PÊCHEUX, M. Analyse Automatique du Discours. Paris: Dunod, 1969. Trad. Bras. In: F. Gadet. e T. Hak. *Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. Mises au point e perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. In: *Langages* (37). Paris: Larousse, 1975(a).
- PÊCHEUX, M. Les Vérités de la Palice. Paris: Maspero. Trad. Bras. de Eni Orlandi e outros. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975(b).
- VERÓN, E. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.